

---

## Banco Postal e Uso do Território no Brasil: da inclusão financeira à inclusão digital

*Postal Bank and Use of Territory in Brazil: from financial inclusion to digital inclusion*

*Banco Postal y Uso del Territorio en Brasil: de la inclusión financiera a la inclusión digital*

Polianna Teixeira Olegário<sup>1</sup>



<https://orcid.org/0000-0002-9100-196X>

Fabricio Gallo<sup>2</sup>



<https://orcid.org/0000-0001-7674-918X>

---

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é investigar o papel dos Correios como instrumento de difusão da informação financeira, através das ações práticas, políticas e sociais que circunscrevem o Banco Postal (BP). As transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do século XX, aliadas ao aumento de seus fluxos materiais e informacionais permitiram modificações técnicas dos Correios e dos bancos, possibilitando a franca expansão dos serviços bancários e financeiros no território brasileiro. O método de investigação se pautou no referencial teórico da geografia crítica. A metodologia da pesquisa adotada contemplou a análise da legislação pertinente sobre a temática estudada e a análise de dados financeiros das instituições investigadas. Como resultados indicamos como o uso (e a crescente expansão) das tecnologias de informação e comunicação está modificando a estrutura técnica e jurídica dessas empresas ao mesmo tempo que modificam o território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território nacional. Banco postal. Usos do território. Inclusão financeira.

**ABSTRACT:** *The aim of this article is to investigate the role of the Post Office as an instrument for the diffusion of financial information, through the practical, political and social actions that circumscribe the Postal Bank (BP). The social, political and economic transformations along the XX century, together with the increase of their material and information flows, allowed the technical modifications of the Post and the Banks, allowing the frank expansion of the banking and financial services in the Brazilian territory. The research method was based on the theoretical framework of critical geography. The research methodology adopted included the analysis of the relevant legislation on the studied theme and the analysis of financial data of the investigated institutions. As a result, we indicate how the use*

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro. E-mail: poliologario@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia pela Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP Campus de Rio Claro (SP). E-mail: fabricio.gallo@unesp.br.

*(and the growing expansion) of information and communication technologies is changing the technical and legal structure of these companies while modifying the territory.*

**KEYWORDS:** *National territory. Postal bank. Uses of territory. Financial inclusion.*

**RESUMEN:** *El objetivo de este artículo es investigar el papel de los Correos como instrumento de difusión de la información financiera, a través de las acciones prácticas, políticas y sociales que circunscriben el Banco Postal (BP). Las transformaciones sociales, políticas y económicas a lo largo del siglo XX, aliadas al aumento de sus flujos materiales e informacionales permitieron las modificaciones técnicas de los Correos y de los Bancos, posibilitando la franca expansión de los servicios bancarios y financieros en el territorio brasileño. El método de investigación se basó en el marco teórico de la geografía crítica. La metodología de investigación adoptada incluyó el análisis de la legislación pertinente sobre el tema estudiado y el análisis de datos financieros de las instituciones investigadas. Como resultado, indicamos cómo el uso (y la creciente expansión) de las tecnologías de información y comunicación está modificando la estructura técnica y jurídica de esas empresas al mismo tiempo que modifican el territorio.*

**PALABRAS CLAVES:** *Territorio nacional. Banco postal. Usos del territorio. Inclusión financiera.*

---

## INTRODUÇÃO

Buscamos entender o papel dos Correios como instrumento de difusão da informação financeira, através das ações práticas, políticas e sociais que circunscrevem o Banco Postal - BP. A investigação a partir do BP nos permite articular: fato postal como mercadoria, interesses do Estado e do mercado, monopólio postal, associação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com outras empresas e, principalmente, o *uso do território* (SANTOS, 2002; SILVEIRA, 2009) por esses atores.

Nessa perspectiva, o Banco Postal como recorte empírico da pesquisa será compreendido por duas matrizes de investigação: de um lado as *materialidades* - configuração territorial – e, de outro, as *imaterialidades*, constituídas pelas ações políticas, sociais, econômicas e empresariais (SANTOS, 2002). Assim, analisar as relações que envolvem os Correios e a disseminação da informação financeira no território demanda tanto a investigação de suas manifestações concretas no espaço geográfico, como a pesquisa das manifestações políticas e ideológicas que se revelam nesse processo.

Ancorada na tríade “Estado-território-mercado” (VENCESLAU, 2017), a ECT torna-se um instrumento valioso para os atores estatais e empresariais, devido ao seu poder territorial, constituído pela capilaridade de suas agências (distribuídas em todo território nacional) e pelo montante de sua mão-de-obra (atendentes, motoristas, carteiros e gestores, entre outros).

Nesse sentido entendemos a rede de agências e o contingente de trabalhadores vinculados aos Correios como *fixos* postais (SANTOS, 1996), cuja utilização pelo Estado e pelo mercado, representado por diferentes empresas, os qualifica como *fixos* sociais. Assim,

alegando suprir as necessidades da população empresas privadas se apropriaram desses fixos assumindo o “[...] controle sobre os fluxos, que além dos objetos postais são também fluxos de informação, de mercadorias, de investimentos e de trabalhadores” (VENCESLAU, 2017, p. 131). Na leitura de Santos (1996), fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Já os fluxos seriam o movimento e a circulação. Um fixo é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos.

O Banco Postal (BP) foi utilizado pelo Estado com o intuito de ser veículo efetivo e eficaz da política pública de inclusão financeira. O Estado usa os “fixos postais” para unir todos os domicílios sob uma mesma lógica, a lógica do capital financeiro, amarrando o salário da população e o acontecer da vida cotidiana, primeiramente, a um banco privado (Bradesco) e, posteriormente, a um banco público (Banco do Brasil).

A partir do final dos anos 1990 a rede de fixos dos Correios já estava presente em todos os municípios brasileiros, isso fez com que, como instrumento de inclusão financeira, os serviços bancários fossem rapidamente inseridos em todo o território nacional. Graças a esta abrangência o BP, como Correspondente Bancário, possibilita a circulação e a distribuição da informação financeira no território nacional.

O BP, portanto, atua de forma material e imaterial, já que por meio dele o Estado se materializa no território, configura e caracteriza os lugares. Nesse sentido, Dias e Lenzi (2009, p. 115) assinalam o Correspondente Bancário como “[...] um objeto híbrido, que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira”.

Nesse sentido, o BP cumpre a função social de “[...] financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (OLIVEIRA, 1998, p. 19). Ou seja, o uso do BP permite a distribuição dos benefícios sociais na maioria dos municípios brasileiros, e simultaneamente aumenta a capacidade de investimento e de acumulação do capital através das taxas bancárias, dos empréstimos e da superexploração do trabalhador.

Dessa maneira, o Estado brasileiro à sombra do discurso global de inclusão financeira e digital como condição para a cidadania expandiu e atrelou a renda da população ao capital financeiro. O aumento da receita dos bancos e da ECT permitiu renovações técnicas e políticas das empresas, que passaram a oferecer novos produtos.

A expansão da rede de correspondentes bancários permitiu aos bancos ampliar sua presença no território nacional e captarem conhecimento/informação sobre os cidadãos, o que possibilitou aumento do portfólio de seus produtos financeiros, expansão dos lucros e aumento dos clientes via BP. Por outro lado, o uso crescente das Tecnologias de

Informação e Comunicação (TICs) pelos bancos, pela ECT e pelos correspondentes bancários (como os vinculados à Caixa Econômica Federal, como o Caixa Aqui e as Lotéricas) está modificando todos esses atores. O uso crescente da internet e do smartphone no território nacional tendem a minimizar a necessidade de existência física de agências bancárias e/ou correspondentes bancários, pois os serviços oferecidos nesses fixos geográficos estão agora sendo disponibilizados nas particulares tecnologias de comunicação.

Dessa forma, bancos e Correios buscam efetuar parcerias que os insiram nesse novo contexto histórico, diminuindo sua presença física no território, mas aumentando sua presença digital, reduzindo custos e mão-de-obra.

Para desenvolver esta investigação nos debruçamos sobre referências bibliográficas nacionais e estrangeiras (citadas ao longo do trabalho) que tratam do tema financeirização e território. Ademais, para compreender as relações entre diversos agentes e seus interesses envolvidos na ampla rede de atuação dos Correios (Banco Postal, serviço de telefonia móvel, entrega de mercadorias e correspondências etc.), pesquisamos informações e dados na FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, nos relatórios de administração da ECT, nos relatórios anuais do Banco do Brasil e Bradesco, no CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, no site do Senado Federal, junto à ANEPEI - Associação Nacional dos Entregadores de Pequenas Encomendas e Impressos e ao SETCESP - Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo, além dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios no Paraná e em São Paulo.

## **FORMAÇÃO DO BANCO POSTAL E O ALARGAMENTO TERRITORIAL DAS FINANÇAS**

O processo técnico e normativo, que resultou na criação do correspondente bancário no território brasileiro na década de 1990, inicia-se ao final dos anos 1970 atrelado a um contexto internacional, cuja “[...] desregulação ou liberalização financeira iniciada e liberada pelos Estados Unidos, atinge outros países centrais, que reorganizam suas políticas econômicas e desmantelam os controles sobre os movimentos de capitais” (DIAS, 2005, p. 46).

Essa liberalização financeira introduziu as inovações tecnológicas e o uso das tecnologias de informação e comunicação na vida empresarial. Permitiu a unificação em tempo real da ação humana, advinda da inserção das novas tecnologias, e efetuou a “[...] mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação” (SANTOS, 2001, p. 30), de modo que, desde a década de 1990, o Banco Central do Brasil (BCB) procura ampliar os serviços bancários à população.

O BCB em acordo com a política de inclusão financeira, considerou “[...] o aumento da oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda como elemento fundamental para combate à desigualdade social do país” (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009, p. 18). Segundo Barone e Sader (2008) o intuito da inclusão financeira consistiu em ampliar o acesso ao crédito indistintamente para consumo ou produção à população de baixa renda.

O correspondente bancário foi estabelecido pelo BCB, por meio da Resolução nº 2.640 de 25 de agosto de 1999 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999), que facultou aos bancos a contratação de terceiros para a prestação de serviços bancários. Por essa resolução o governo federal promoveu a inclusão financeira como inclusão social, portanto, como ação necessária ao combate à pobreza.

Dessa maneira, o BP foi um eficiente instrumento da entrada, bem como do reconhecimento dos correspondentes bancários no território nacional, devido a familiaridade e confiança da ECT perante a população brasileira e sua presença histórica nos municípios.

Conforme afirma Contel (2006, p. 236), uma característica importante dos correspondentes é que “[...] ao contrário dos fixos geográficos ‘tradicionais’, não é necessário dispêndio de capitais para a construção de infraestrutura para instalar um correspondente”. Por isso, “[...] desde 2002, não existe nenhum município brasileiro sem acesso a serviços financeiros, como consequência da atuação dos correspondentes” (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009, p. 18).

Esse objeto híbrido é um importante instrumento para o fundo público, ou seja, para o financiamento da acumulação do capital que permite a socialização dos custos com a reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que garante à classe trabalhadora acesso à serviços sociais (OLIVEIRA, 1998).

Por esse viés, o correspondente bancário é um objeto técnico que permite pagar e sacar benefícios sociais ligados à transferência de renda para famílias cadastradas em diversos programas, como: Programa de Combate à Pobreza - intitulado primeiramente de Fome Zero posteriormente chamado de Bolsa Família -, Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Luz para Todos, Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que se insere o Minha Casa Minha Vida, além dos saques realizados por aposentados e pensionistas vinculados à Previdência Social, possibilitando um crescente aumento de empréstimos dessas mesmas famílias.

Do ano de 2003 ao ano de 2010, houve a “[...] ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros” (POCHMANN, 2013, p. 154). Segundo Araújo (2013), essa transferência de renda realizada pelo governo federal estimulou o consumo e este, por sua vez, estimulou e atraiu investimentos para os municípios menos atrativos economicamente às empresas.

O BP é uma das maiores redes de correspondente bancário no Brasil, foi criado pelo Banco Central do Brasil, seguindo a Resolução nº 2.707, de 30 de março de 2000 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000). Assim como outros correspondentes, o BP constitui-se como instrumento de bancos parceiros e suas operações são: empréstimo, pagamento do benefício do INSS, e recebimentos de contas, títulos, tributos, taxas e contribuições da Previdência (GPS). Ao que se refere ao empréstimo existem oito linhas de crédito: i) Crédito Direto ao Consumidor (CDC) Renovação; ii) CDC Consignado INSS; iii) BB Consignado MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Governo Federal); iv) CDC 13º Salário; v) BB Crédito Automático; vi) BB Crédito Benefício; vii) BB Crédito Salário; e viii) BB Pagamento Parcelado de Contas.

A partir do funcionamento do BP, em pouco tempo ocorre a abertura massiva de contas bancárias, empréstimos e o uso do cartão de crédito se torna familiar em escala local, regional e global, permitindo a aceleração da circulação e distribuição de produtos e serviços. A bem-sucedida implementação da rede do BP estimulou o crescimento territorial de outros correspondentes bancários. O estabelecimento (e a expansão) desse objeto híbrido só foram possíveis devido a atuação do Estado nacional por via de suas instituições normativas.

As parcerias estratégicas entre Correios e Banco Bradesco, e posteriormente com o Banco do Brasil, a cada período resultaram em novos serviços e em novos produtos que levaram a modificação da ECT e dos bancos parceiros.

A fase-piloto do BP se estabeleceu com a parceria do Banco do Brasil. Conforme aponta o relatório empresarial da ECT, “[...] em sua fase-piloto, desenvolvida ao longo de 2000 [...], o projeto foi implantado em 36 agências postais, com a abertura de 2.029 contas correntes e de poupança e R\$ 23,5 milhões em depósitos”. (CORREIOS, 2000). Terminada a fase-piloto no ano de 2001, a ECT abriu concorrência pública para a seleção de parceiro bancário na rede BP. O Bradesco disputou e ganhou a concorrência pela quantia de duzentos milhões de reais (CONTEL, 2006). Nos anos posteriores ocorreu um acelerado crescimento da rede, graças à obtenção de clientes e à criação de serviços.

Dessa maneira, uma nova rede de comunicações foi implementada e as agências dos Correios foram interligadas pelos recursos da comunicação simultânea. Assim, para que as transações fossem processadas em tempo real, cada agência dos Correios passou a deter pelo menos uma antena parabólica e um terminal do Bradesco.

## DESDOBRAMENTOS DA PARCERIA ENTRE CORREIOS E BRADESCO NO USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O cartão de crédito se torna hoje a ferramenta básica para a compra de produtos no meio digital, assim, “[...] a nova economia se funda num potencial sem precedentes de crescimento da produtividade em decorrência dos usos da Internet por todo o tipo de empresa em todo o tipo de operação” (CASTELLS, 2003, p. 10).

O apelo pela disponibilização de crédito e para o uso de cartões e cheques foram evidenciados em uma das primeiras propagandas do BP, fruto da parceria entre Correios e Bradesco, veiculada nas emissoras de TV em novembro de 2003.

A propaganda (figura 1) tem como cenário uma mecânica em que se encontram duas personagens, o mecânico e o dono de um veículo Lada branco. Eles conversam em primeiro plano no quadro. O mecânico diz: *Tá difícil! Já tô trocando o amortecedor.* O dono do Lada pergunta: *Dá pra ter um desconto?* Ao que o mecânico responde: *Tá difícil!... Já tô trocando os freios.* Enquanto o diálogo acontece, primeiros planos das peças do carro caindo ao chão são exibidos sobre banda sonora cômica. O dono do carro pergunta: *Dá pra parcelar?* Ao que o mecânico responde: *Tá difícil viu! Já tô trocando de assunto.* Na sequência, o logo “Tá difícil? Agora ficou fácil!”, surge no centro da tela. Ouvimos o seguinte discurso, na voz de um narrador externo: *Abra sua conta no Banco Postal e faça um empréstimo fácil e barato. Procure nas agências dos Correios, microcrédito Banco Postal, uma parceria Correios e Bradesco.* (COMERCIAL ..., 2003).

**Figura 1** - Frames retirados do comercial do Banco Postal



Fonte: Comercial .... (2003).

O crédito, neste contexto, tem uma função social fundamental uma vez que mediante sua criação “[...] os bancos adiantam os recursos necessários para a efetivação das decisões de investir, as quais, se bem-sucedidas geram a poupança (lucros) que será utilizada para o pagamento do empréstimo” (PRATES, 2010, p. 131). Assim, a política de inclusão financeira ao mesmo tempo em que insere o sujeito na cidadania amplia a mais-valia socialmente produzida. Como assinala Oliveira (1998, p. 35-36),

[...] no lugar do fetiche da mercadoria colocou-se um fetiche do Estado, que é finalmente o lugar onde se opera a viabilidade da continuação da exploração da força de trabalho, por um lado, e de sua desmercantilização, por outro, escondendo agora o fato de que o capital é completamente social.

A classe trabalhadora, nesse sentido, além de produzir a riqueza passa a financiar direta e indiretamente a produção, a acumulação e o desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, não há mais a separação entre salário direto e indireto, ambos se tornaram fundo público que, “[...] comparece como viabilizador da concretização das oportunidades de expansão, em face da insuficiência do lucro frente ao avassalador progresso técnico” (OLIVEIRA, 1998, p. 34). Desse modo, o BP aumentou a carteira de clientes do banco parceiro proporcionando bons retornos a ambas instituições.

Assim, com a disponibilização do microcrédito e seu atrelamento às microfinanças, não só o salário indireto está interligado ao financiamento da acumulação e da expansão capitalista, mas também parte do salário direto se une nessa lógica, graças às inúmeras taxas agregadas à abertura de contas e a utilização dos serviços bancários.

Na década de 1990, o governo federal reestruturou suas contas públicas através do uso das TICs, que resultaram na implementação do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE). Este sistema centralizou o processamento da folha de pagamentos, tornando-a mais acessível.

Com o passar do tempo, todos os órgãos das administrações direta, fundacional e autárquica do poder executivo passaram a se integrar ao SIAPE. Com a entrada das tecnologias digitais, via internet, essa plataforma foi transformada em SIAPEnet, que atualmente processa o pagamento de todos os servidores.

A capilaridade dos correspondentes bancários, e o uso da plataforma do SIAPEnet, tornou possível à administração pública processar e executar o pagamento dos servidores públicos em tempo real, de maneira desburocratizada e eficiente.

No ano de 2006, foi criada a conta salário, sendo aberta unicamente para receber salários, abonos ou benefícios. Ela só permite o depósito da entidade pagadora e não pode ser movimentada por cheques e créditos, há isenção de tarifas somente em relação aos

serviços de fornecimento de cartão magnético para movimentação, cinco saques a cada crédito, duas consultas de saldo e dois extratos por mês.

Para movimentar sua conta, o usuário é levado a abrir uma conta corrente ou conta poupança, transformando-a em conta salário, uma espécie de subconta. Dessa maneira, gradativamente cada trabalhador(a) brasileiro(a) passou a receber seu salário em caixas bancários e ser cliente correntista ou ter uma poupança em alguma instituição financeira determinada por seu empregador.

O governo federal leiloou suas folhas de pagamento, isto é, as folhas de pagamento viraram mercadoria. Não somente o salário dos servidores ativos, mas todos os benefícios pagos com dinheiro público são distribuídos pelos bancos. Embora a conta salário não gera taxas bancárias, para qualquer serviço bancário como extrato, saque, uso do cartão, uso dos terminais eletrônicos e uso dos correspondentes o usuário é obrigado a abrir uma conta poupança ou corrente e pagar as taxas estabelecidas no contrato.

Assim, a união entre Correios e instituições bancárias permite o uso do território brasileiro ligado à lógica da corporação, pois levam benefícios à população aumentando sua participação nas políticas sociais de inclusão e redução de pobreza.

Ao financiar e normatizar a expansão dos serviços bancários, por meio da utilização da infraestrutura, da tecnologia, da mão-de-obra e demais redes de varejo, o Estado através dos Correios desenvolveu o uso das tecnologias da informação para organizar dados, para executar o trabalho diário das empresas estatais e para controlar as transações realizadas pelas mesmas.

Também autorizou o processo de terceirização financeira, possibilitando não só a exploração dos trabalhadores das empresas/correspondentes, mas a exploração da renda de toda classe trabalhadora formal. Esse processo complexo de exploração do trabalhador é a manifestação da inclusão financeira e social, uma vez que, rapidamente, a massa trabalhadora passa a receber seu salário em bancos, não em espécie ou cheque à vista, mas por meio de depósitos em conta corrente, em que já estão embutidas as diversas taxas bancárias.

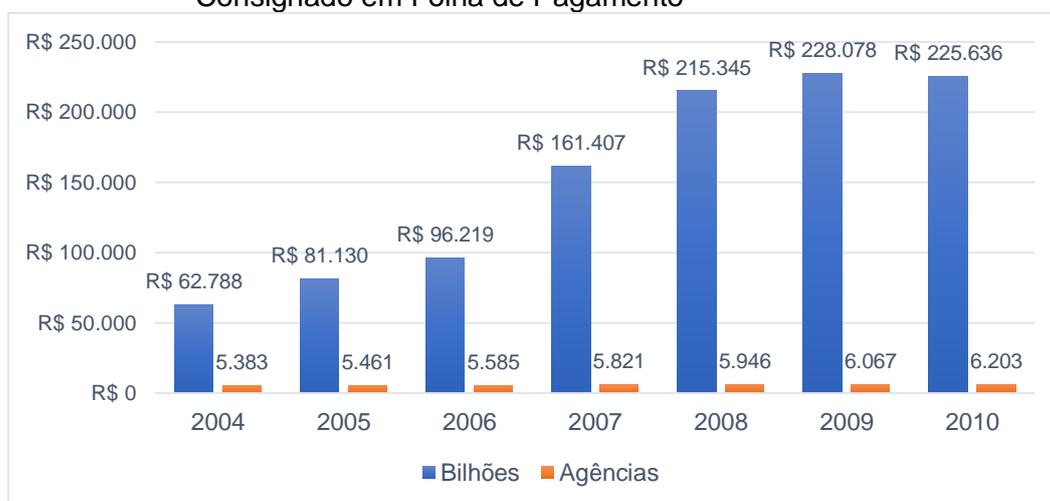
De acordo com o informativo anual do Bradesco (2003, p. 76), o BP foi fundamental para clientes que “[...] transacionam em diversas regiões do País; como estratégia do Banco de ampliar a sua participação no varejo; é um instrumento incentivador do crescimento do próprio mercado, pela possibilidade de inclusão de novos consumidores de serviços financeiros”.

Em outras palavras, o BP é um importante instrumento de cooperação no território nacional, pois, como assinala Venceslau (2017), para atuar em todos os municípios as empresas necessitam se articular com a ECT. É nesse sentido que a capilaridade dos fixos

postais cumpre a função de fixos sociais, uma vez que permitem acesso a variados serviços independentemente do lugar onde se esteja, aproximando a agência da população.

Essa aproximação possibilitou a inclusão de novos clientes e novos serviços bancários voltados às necessidades populares. Um desses produtos são as linhas de microcrédito e crédito consignado em folha de pagamento, tornando acessível a obtenção de empréstimos. Na figura 2, podemos observar a evolução do saldo anual das operações de crédito (nesses resultados estão inclusos ainda adiantamentos sobre contratos de câmbio avais e fianças, créditos a receber de cartões de crédito e arrendamento mercantil).

**Figura 2** - Evolução do saldo anual das operações do Microcrédito e Crédito Consignado em Folha de Pagamento



Fonte: Bradesco (2005-2011).

No ano de 2010, Hélio Costa, Ministro das Comunicações do governo federal, em entrevista concedida à Gazeta do Povo, afirmou que somente “[...] os Correios arrecadam de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões ao mês com os serviços do banco”. (FIM DA PARCERIA ..., 2007). Nesse ano, já se anunciava a ruptura do contrato realizado entre Bradesco e Correios. Segundo as notícias, o governo decidiu romper o contrato com o Bradesco e assumir o BP.

Ao fim do contrato com os Correios, o Bradesco já havia estabelecido uma rede de atendimento, além de uma carteira de clientes consideráveis. O Bradesco fecha 2010 com o terceiro maior lucro da história em uma média de 145 milhões de cartões (SILVA JÚNIOR, 2011). Neste ano a ECT exercício 2010 lança a seguinte nota,

Em 2010, o Banco Postal superou a marca de 10 milhões de contas abertas desde sua inauguração [...]. A quantidade de transações operacionais também se manteve crescente, atingindo 200 milhões de transações ao ano. Atualmente o Banco Postal se prepara para nova etapa: a contratação de um banco parceiro para novo ciclo contratual a partir de 2 de janeiro de 2012, de forma a consolidar ainda mais sua presença no mercado de

correspondentes. No ano passado a receita auferida na prestação do serviço de correspondente foi de R\$ 322 milhões, o que representou um crescimento de 41,7% em relação ao exercício anterior. (CORREIOS, 2011).

Em dezembro de 2011, encerrou-se a parceria entre Bradesco e ECT, todavia, “[...] os clientes que utilizavam os serviços do BP continuam sendo clientes Bradesco e serão amparados pela ampla rede de agências e postos de atendimento do Banco, podem contar com um serviço completo e de qualidade aonde quer que estejam” (BRADESCO, 2011, p. 86). Assim, o Bradesco segue investindo em projetos que desenvolvam tecnologias que garantam o seu alcance territorial.

Por sua vez, a ECT criou uma subsidiária integral denominada Correios Participações S/A (CorreiosPar), em decorrência do novo Estatuto dos Correios alterado pela Lei 12.490/11. Através da CorreiosPar foi possível constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em empresas e gerir as relações de governança das mesmas com o objetivo de edificar o cumprimento do objetivo social dos Correios.

## **NOVA REGULAÇÃO DOS CORREIOS: DA EMPRESA REDE AO TERRITÓRIO EM REDE**

Em 2011, dois pontos importantes marcaram o aprofundamento da política empresarial de gestão da ECT. Um, a parceria com o Banco do Brasil em relação aos serviços do BP. Dois, a aprovação da Lei 12.490/11, que autoriza os Correios a “[...] atuar no exterior, constituir subsidiárias, adquirir controle ou participação acionária em sociedades empresariais estabelecidas, explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos” (BRASIL, 2011).

Tal intenção de criar uma instituição financeira foi afirmada com a Lei 12.490/11 que definiu o novo Estatuto da ECT, assim como o Plano Estratégico Correios 2020, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de abril do ano de 2011 (CORREIOS, 2012). No ano de 2014, com intuito de ampliar a atuação como agentes financeiros, Correios e Banco do Brasil firmaram um contrato de associação para a criação da subsidiária financeira. Neste contexto, é criada a subsidiária integral denominada Correios Participações S/A (CorreiosPar). Essa subsidiária é 100 % ligada à União, com capital inicial de R\$ 300 milhões. Ela ficou responsável por buscar parcerias estratégicas em ramos empresariais que contribuam para maior eficiência da ECT em território nacional e internacional.

A busca dessas parcerias é o resultado de uma nova concepção dos gestores da ECT, que Castells (2017) conceitua como “empresa rede”. A ECT procura se articular territorialmente com outras empresas com intuito de “[...] formar alianças, parcerias e

colaborações que são específicas para um produto, um processo, um momento e um espaço determinado” (CASTELLS, 2017, p. 78).

Com a aprovação do projeto de subsidiária, ocorreu a anulação do contrato referente ao BP. Assim, as receitas do BP foram incorporadas aos lucros da ECT. Dessa forma, no ano de 2014, a receita líquida obtida pela ECT, referente ao BP, foi de oitocentos e quatro milhões e duzentos e noventa e oito mil reais, o que significou 5% da receita total da ECT, uma vez que no ano de 2013 a receita líquida do BP chegou a apenas trezentos e doze milhões, setecentos e quarenta e três mil reais, o que representa 2% da receita líquida da ECT (CORREIOS, 2014).

No ano de 2015, o BP apresentou um crescimento de 45% em relação ao ano anterior, sendo sua receita líquida responsável por 7% do montante total, arrecadando um bilhão, cento e sessenta e quatro milhões e trezentos e cinquenta e um mil reais.

Nesse cenário, o contingente dos demais correspondentes bancários que compõem a Rede Mais BB foram sendo reduzidos chegando em setembro do ano de 2017 a um total de 7.576 estabelecimentos (BANCO DO BRASIL, 2018b), e em junho de 2018 a um total de 7.088 estabelecimentos (BANCO DO BRASIL, 2018a). As agências postais com serviços bancários se mantêm estáveis com mais de seis mil pontos de atendimento, ou seja, em todas as agências próprias dos Correios há os serviços de BP.

As principais motivações, na implantação destes serviços no território, foram a redução de custos transacionais e a ampliação de mercado ou inclusão financeira (JAYO, 2010). A taxa de inclusão financeira em 2013 era de 56% da população vinculada com alguma instituição financeira; em 2015, alcançou a marca de 89,5%; chegando a 90,4% da população, no ano de 2017, variando apenas 0,6% entre os anos de 2015 a 2017. (FEBRABAN, 2013, 2015, 2017).

Desse modo, é fato que a política de inclusão financeira atingiu o seu principal objetivo de ampliar o acesso popular aos serviços financeiros através dos correspondentes bancários, sobretudo graças às qualidades territoriais, comerciais e sociais da ECT. Contudo, veremos os conflitos gerados pela implantação e execução do BP que atormentam a ECT ao longo dos anos.

Nesse sentido, o BP construído com “[...] normas que são, como os objetos, crescentemente híbridas porque sua natureza é técnica e política e, ao mesmo tempo, global, nacional e local” (SILVEIRA, 1997, p. 41), “[...] que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira” (DIAS, 2017, p. 388) marca a entrada da ECT no paradigma da empresa em rede.

---

## **IMPLICAÇÕES SOCIAIS E COMERCIAIS DO SERVIÇO POSTAL BANCÁRIO NA ATUALIDADE – A SUPERAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO DO BANCO POSTAL?**

Devido às modificações técnicas e normativas decorrentes dos desdobramentos do BP, a ECT lida cotidianamente com pressões trabalhistas e empresariais. Os processos judiciais são em sua maioria de ordem trabalhista, uma vez que os servidores dos Correios acumulam a função de bancários, mas não acumulam salários ou quaisquer outros benefícios da categoria. A falta de segurança das agências postais, que contam com o BP, também se impõe como problema relevante, já que as agências postais não contam com a mesma segurança de uma agência bancária.

No ano de 2012, os sindicatos deflagraram uma greve, segundo a seguinte pauta: aumento salarial, melhores condições de trabalho e maior segurança em suas atividades. Em 2014, a Justiça determinou a obrigatoriedade da instalação de equipamentos de segurança nas agências com BP, divulgada pela revista eletrônica ConJur (AGÊNCIAS ..., 2014); graças à pressão popular e midiática, somente no ano de 2017 o Banco do Brasil assumiu “[...] por quatro meses, os custos da contratação de vigilantes armados e portas giratórias para garantir o funcionamento do Banco Postal em 1.827 agências dos Correios” (SIMÃO; DI CUNTO, 2017).

Outro processo enfrentado pelos Correios diz respeito à associação com o Banco do Brasil e à constituição da subsidiária financeira. Neste, a ECT foi acusada de prática anticoncorrencial pela Associação Nacional dos Entregadores de Pequenas Encomendas e Impressos (ANEPEI).

A alegação coloca em xeque a natureza jurídica de atuação da ECT, afirmando que os serviços prestados pela empresa na atualidade não correspondem ao que se entende por serviços públicos. Para a ANEPEI, a atuação da ECT transpassa os direitos que lhe são assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, logo o privilégio/exclusividade do monopólio postal tende a ser anticoncorrencial e prejudica a atuação de outras empresas no mercado. Nesse sentido, Dias e Seltzer (2009, p. 245) assinalam que,

[...] demandas trabalhistas constituem real ameaça à continuidade dos correspondentes. Inúmeros casos na justiça requerem isonomia entre os bancários e os funcionários dos correspondentes. Para piorar, projetos de lei impondo padrões mais estritos de segurança em agências bancárias objetivam estender tais padrões para os correspondentes. Essas iniciativas podem aumentar os custos dos correspondentes para os bancos de modo a tornar o modelo inviável. Os bancos investiram nos correspondentes justamente por seu baixo custo. Se tiverem sucesso, essas demandas podem resultar num infeliz retrocesso em termos de inclusão financeira.

Nesse contexto, foi necessário desenvolver outros canais de comunicação para a venda de produtos e serviços bancários. Em países como África do Sul, Quênia e Filipinas, as parcerias se fizeram entre bancos e operadoras de telefonia móvel, de modo que o telefone celular e os smartphones foram os meios de acesso a serviços bancários mais utilizados neste contexto (JAYO, 2010; LYMAN; IVATURY; STASCHEN, 2006).

Por consequência, o acesso aos serviços financeiros passa a ser realizado cada vez mais por meio eletrônico digital. Assim, com as facilidades do dinheiro eletrônico, graças a inclusão financeira e tecnológica, informacional e comunicacional, em todos os níveis sociais,

[...] o dinheiro eletrônico assume novas formas e pode ser transferido pelos telefones celulares, permitindo que a financeirização avance inclusive sobre as camadas da população que carecem de conta bancária. Trata-se de uma modernização do próprio circuito inferior que implica um aumento dos seus custos fixos e contribui para criar o que Contel [...] denominou “hipercapilaridade do acesso ao crédito” (SILVEIRA, 2017, p. 377).

No ano de 2013, o Banco do Brasil liderou o serviço de obtenção de crédito por smartphones (BANCO DO BRASIL, 2014). Em 2016, foi inaugurado o serviço Conta Fácil no qual é possível realizar a abertura de contas através do aparelho celular. Também é possível emitir senhas para o atendimento presencial ou realizar renegociação de dívidas. Ainda com o aplicativo BP, é possível acessar o serviço Custeio Digital, um serviço voltado para o produtor rural que permite aos produtores realizarem seus orçamentos de projetos.

Portanto, o crescente uso das TICs individuais corrobora para o desuso dos correspondentes bancários, em especial a continuação do BP, e os constantes conflitos trabalhistas e empresariais somam-se à diminuição territorial dos correspondentes.

Assim, com foco no dinheiro eletrônico e na difusão do uso de aparelhos celulares, a ECT, no ano de 2014, assinou um acordo com o Grupo Poste Italiane, no intuito de estabelecer uma *joint venture* entre os Correios e a Poste Italiane e implementar em seu portfólio a operação virtual de telefonia móvel (MVNO). “Com previsão de se iniciar a operação piloto em fins de 2015 com a oferta comercial dos serviços de telefonia móvel na rede de atendimento dos Correios no decorrer do 1º trimestre de 2016”. (CORREIOS, 2014).

Um ano após o projeto-piloto, a ECT lançou o serviço “Correios Celular” junto à parceria estabelecida com a *EU TV S.A*, da empresa Serve Telecom, operadora virtual que opera as frequências da TIM e presta Serviço Móvel Pessoal (SMP), autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Como afirma Evandro Macedo Gabarra (2013, p. 142), com sua experiência nos “[...] serviços financeiros através do BP e de produtos como o Vale Postal, os Correios também poderiam construir um modelo de serviços integrados via celular”. Já em 2017 a parceria

rendeu a cifra de “[...] R\$ 14 milhões, com 500 mil usuários até o final do ano. Em 2018, a meta é de receita de R\$ 60 milhões” (CORREIOS..., 2017).

No final de 2017, o serviço Correios Celular foi implantado em mais de 1.500 municípios. E os serviços de busca CEP, rastreamento de objetos, preços, tarifas, embalagens, banco postal, operações financeiras e georreferenciamento farão parte dos aplicativos a serem disponibilizados para uso por meio de telefonia celular.

Assim, a expansão do uso dos serviços telefônicos pelos Correios é uma alternativa para manutenção da inclusão financeira, ao mesmo tempo que permite à ECT cumprir a missão de levar desenvolvimento social à população. Portanto, o Estado, através dos Correios, ao implementar inovações tecnológicas no território “[...] coopera, ativamente, nos desígnios da nova organização” (SILVEIRA, 1997, p. 39), pois, como vimos, cada período histórico é caracterizado por normas políticas, técnicas e organizacionais obedientes às necessidades do mercado global, de modo que, as inovações financeiras são produzidas “[...] pelas forças verticais e pelas existências horizontais” (SILVEIRA, 2017, p. 373).

As forças verticais são as normas impostas por organizações internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outros. Já as existências horizontais são as articulações e alianças políticas nacionais, em que os usos do território pelo Estado necessitam de articulações técnicas, políticas e infraestruturas disponíveis a cada período.

Nessa perspectiva, o movimento dialético que origina as ações do Estado se faz num complexo jogo de alianças e articulações edificadas no território mediante os objetos técnicos, uma vez que estes são oriundo de “[...] normas técnicas e organizacionais, mas também políticas que asseguram, à escala do Estado – Nação, um certo uso dos novos objetos técnicos” (SILVEIRA, 1997, p. 41).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado brasileiro, por meio de suas empresas e órgãos reguladores, atua de forma a superar os obstáculos para a inclusão financeira apostando em substituir os cartões eletrônicos e ampliar a inclusão digital. Todavia, como já mencionaram Dias e Seltzer (2009), no início do século XXI os serviços substitutos dos cartões para a população de baixa renda, como mobile banking, eram praticamente inexistentes: os cartões continuarão a ser o meio de pagamento eletrônico mais comum para a baixa renda por algum tempo.

Dessa maneira, a recente inclusão financeira passa a ser sinônimo de inclusão digital, e a capilaridade territorial dos Correios é mais uma vez colocada como vantagem de associação, de forma que a ECT inicia a venda de chips pré-pagos.

A facilitação do uso dos smartphones constitui o estímulo atual para alcançar a pequena parcela da população que ainda não se bancarizou e, ao mesmo tempo, inserir as novas gerações na rede bancária e estatal. Nesse cenário é possível cogitar a redução massiva dos correspondentes bancários no território nacional, e assim os fixos que no território já foram considerados como a manifestação concreta do poder e da riqueza dos bancos, daqui a algumas décadas podem ser convertidos em uma malha dispersa, onde simplesmente se acumula a burocracia, pois os valores, o dinheiro e o capital flutuam numa nuvem de códigos binários.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIAS dos Correios devem instalar sistemas de segurança comuns em bancos. **Consultor Jurídico (ConJur)**, São Paulo, SP, 22 out. 2014. Banco Postal. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-out-22/correios-obrigados-sistema-seguranca-banco>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- ARAÚJO, Tania Bacelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In. SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 157 -171.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular nº 2978, de 19 de abril de 2000**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à instrução de processos e à remessa de informações relacionadas com a contratação de correspondentes no País. Brasília, DF: DCBC, 2000. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2000/pdf/circ\\_2978\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2000/pdf/circ_2978_v1_O.pdf). Acesso em: 14 jun. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2640, de 25 de agosto de 1999**. Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País. Brasília, DF: CMN, 1999. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2640\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2640_v1_O.pdf). Acesso em: 14 jun. 2020.
- BANCO DO BRASIL. **Análise do desempenho 2º trimestre/2018**. Brasília, DF: BB, 2018a. Relatório *on-line*, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/2T18AnaliseDesempCG.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BANCO DO BRASIL. **Análise do desempenho 4º trimestre/2013**. Brasília, DF: BB, 2014. Demonstrações contábeis: exercício 2013. Relatório *on-line*, 12 fev. 2014. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T13AnaliseDesempSP.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BANCO DO BRASIL. **Análise do desempenho 4º trimestre/2017**. Brasília, DF: BB, 2018b. Demonstrações contábeis consolidadas: exercício 2017. Relatório *on-line*, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T17AnaliseDesempCS.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov./dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122008000600012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600012). Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRADESCO. **Formulário de referência**. 2011. Disponível em: [https://bbdc.foinvest.com.br/ptb/1586/FR\\_2011\\_\\_V14.pdf](https://bbdc.foinvest.com.br/ptb/1586/FR_2011__V14.pdf). Acesso em: 22 jun. 2018.

- BRADESCO. **Informativo anual**. 2003. Disponível em: <https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1645/00090030WAN.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRADESCO. **Informativo anual**. 2007. Disponível em: <https://bbdc.infoinvest.com.br/ptb/1625/00090070WAN.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRADESCO. **Relatórios anuais**. 2005-2011. Dados. Disponível em: <https://bbdc.infoinvest.com.br/relacoes-com-investidores/relatorios-cvm>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12490.htm). Acesso em: 14 jun. 2020.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- COMERCIAL Banco Postal (nov/2003). [S. l.: s. n.], 2003. 1 vídeo (35 seg). Propaganda do Banco Postal (convênio entre os Correios e instituição bancária - na época, o Banco Bradesco), veiculada nas emissoras de TV em novembro de 2003. Material extraído de VHS, gravado do SBT. Acervo: Fabrício Veloso. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Be5\\_8UTvRkl](https://www.youtube.com/watch?v=Be5_8UTvRkl). Acesso em: 14 jun. 2020.
- CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.
- CORREIOS lançam operadora de celular com plano pré-pago de R\$ 30 (online). **DCI - Diário Comércio, Indústria & Serviços**, São Paulo, SP, maio, 2017. Disponível em: <https://www.dci.com.br/servicos/correios-lancam-operadora-de-celular-com-plano-pre-pago-de-r-30-1.473130>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- CORREIOS. **Relatório da administração da ECT – exercício 2010**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 2011. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao\\_2010.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao_2010.pdf). Acesso em: 11 ago. 2018.
- CORREIOS. **Relatório da administração da ECT – exercício 2011**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 2012. Disponível em: [http://correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao\\_2011.pdf](http://correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao_2011.pdf). Acesso em: 11 ago. 2018.
- CORREIOS. **Relatório empresarial 2000**. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 2000. Relatório empresarial Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Disponível em: [https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-empresariais/pdf/Relatorio\\_Empresarial\\_2000.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-empresariais/pdf/Relatorio_Empresarial_2000.pdf). Acesso em: 20 jul. 2018.
- CORREIOS. **Relatório empresarial 2014**. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 2014. Relatório empresarial Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Disponível em: [http://www.correios.com.br/sobrecorreios/a/empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao\\_2014.pdf](http://www.correios.com.br/sobrecorreios/a/empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao/pdf/RelatorioAdministracao_2014.pdf). Acesso em: 16 abr. 2015.
- DIAS, Denise; SELTZER, Yanina. Incluindo Milhões Hoje e Amanhã: políticas e ações viáveis para um sistema financeiro inclusivo no Brasil. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. p. 241-254. Disponível em:

[http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro\\_inclusao\\_financeira\\_2009.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro_inclusao_financeira_2009.pdf). Acesso em: 1 ago. 2018.

DIAS, Leila Christina Duarte. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **Geousp**: Espaço e Tempo, São Paulo, SP, v. 21, n. 2, p. 384 - 396, 2017.

DIAS, Leila Christina Duarte. Por que os bancos são o melhor negócio no país? *In*: ALBUQUERQUE, Edu Sivestre. (org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. p. 27-52.

DIAS, Leila Christina Duarte; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial das redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH (online)**, Salvador, BA, v. 22, n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2013**. [São Paulo, SP]: FEBRABAN, 2013. Disponível em: [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Bancaria\\_2013.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Bancaria_2013.pdf). Acesso em: 21 jul. 2018.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2015**. [São Paulo, SP]: FEBRABAN, 2015. Deloitte: 2015. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Relatorio%20-%20Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202015.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2017**. [São Paulo, SP]: FEBRABAN, 2017. Deloitte: 2017. Disponível em: [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017\\_final.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017_final.pdf). Acesso em: 21 jul. 2018.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski. Inclusão financeira no Brasil. Projeto estratégico do Banco Central. *In*: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. p. 13-26. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro\\_inclusao\\_financeira\\_2009.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro_inclusao_financeira_2009.pdf). Acesso em: 1 ago. 2018.

FIM DA PARCERIA Bradesco e Correios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, PR, 1 fev. 2007. Economia. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/fim-da-parceria-bradesco-e-correios-acssfy48wbat1sr2du6ynw2fi>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GABARRA, Evandro Macedo. **Adoção do modelo MVNO no Brasil e consequências para a cadeia de valor de telecomunicações móveis**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, 2013.

JAYO, Martin. **Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros**: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos limites de gestão de redes. 2010. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

LYMAN, Timothy. R.; IVATURY, Gautam; STASCHEN, Stefan. **O uso de correspondentes bancários no atendimento aos pobres**: recompensas, riscos e regulamentação. Washington, DC: Consultative Group to Assist the Poor-CGAP, 2006. 16p. FocusNota, n. 38. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1320576-Focusnota-no-38-outubro-de-2006-o-uso-de-correspondentes-bancarios-no-atendimento-aos-pobres->

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. *In*: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

PRATES, Daniela Magalhães. Bancos e o ciclo da estabilização à crise financeira. *In*: MARCOLINO, Luiz Cláudio; CARNEIRO, Ricardo (orgs.). **Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira**. São Paulo: Publisher Brasil: Editora Gráfica Atitude, 2010. p. 129-160.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA JÚNIOR, Altamiro. Bradesco fecha 2010 com 3º maior lucro da história, diz consultoria. **Estadão**, São Paulo, 31 jan. 2011. Economia & Negócios. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bradesco-fecha-2010-com-3-maior-lucro-da-historia-diz-consultoria,53007e>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SILVEIRA, Maria Laura. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. *In*: VIANA, Ana Luiza D'Ávila; IBÁÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (orgs.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2009. p. 127-150.

SILVEIRA, Maria Laura. Banalidade das finanças e cidadania incompleta: lugar e cotidiano na globalização. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, SP, v. 21, n. 2, p. 370-383, ago. 2017.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Revista Experimental**, São Paulo, SP, n. 2, p. 35-45, 1997.

SIMÃO, Edna; DI CUNTO, Raphael. BB assumirá despesas do Banco Postal em quase 2 mil agências. **Valor Econômico**, Brasília, DF, 3 out. 2017. Finanças. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/5143676/bb-assumira-despesas-do-banco-postal-em-quase-2-mil-agencias2ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2018.

VENCESLAU, Igor Venceslau. **Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

**Recebido:** março de 2020.

**Aceito:** junho de 2020.